



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
QI-01 Lote 03

**PROCESSO** 23.0.000019875-7  
**INTERESSADO** ESMAT  
**ASSUNTO** Curso

**Projeto Básico Nº 158 / 2023 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT/DAFESMAT**

**SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE RQ. 06.2**  
**PROJETO BÁSICO REV. 02**

## 1. DO OBJETO

Contratação de empresa para ministrar o curso **ASSÉDIOS, DISCRIMINAÇÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA E PSÍQUICA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS, PRINCIPALMENTE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO**, para os servidores(as) do NAPsi, CESAU, Junta Médica, membros da Comissão (de acordo com Portaria 890/2023); Equipe multidisciplinar do SINSJUSTO, Membros do SINSJUSTO, Membros da ASTJ, na modalidade presencial.

## 2. JUSTIFICATIVA DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DA PROFISSIONAL/EMPRESA

a. Eventos como esse podem ajudar a sensibilizar magistrados(as) e servidores(as) do poder judiciário sobre o que é o assédio, como identificá-lo e como preveni-lo. Isso pode ajudar a reduzir o número de casos de assédio no ambiente de trabalho.

O assédio pode ter consequências emocionais e psicológicas graves para as vítimas. Fornecer treinamento sobre como enfrentar o assédio pode ajudar os funcionários a protegerem-se e a terem ferramentas para lidar com essas situações.

O assédio pode criar um ambiente de trabalho tóxico e hostil, o que pode afetar negativamente a produtividade e a qualidade do trabalho. Ao promover um ambiente de trabalho seguro e respeitoso, o diálogo sobre o tema pode ajudar a melhorar a cultura e a moral do local de trabalho.

O poder judiciário é responsável por fazer cumprir a lei e garantir que o ambiente de trabalho esteja em conformidade com as leis trabalhistas e de direitos humanos. Oferecer um workshop de prevenção e enfrentamento ao assédio pode ser visto como uma maneira de cumprir essas obrigações legais.

Assim o evento poderá ajudar a criar um ambiente de trabalho mais seguro, respeitoso e produtivo, além de cumprir as obrigações legais relacionadas aos direitos humanos e trabalhistas.

Justifica-se a contratação do Professor Roberto Heloani para ministrar parte do Workshop de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio no Tribunal de Justiça do Tocantins porque vamos trazer um especialista altamente qualificado, com conhecimentos teóricos e práticos abrangentes, e sensibilidade às questões específicas do contexto e a capacidade de conscientizar e fornecer estratégias de prevenção.

E mais, o professor Roberto Heloani, já participou de outras atividades na Esmat como docente voluntário e já conhece os desafios e as dinâmicas específicas enfrentadas pelos servidores(as), magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense nesse contexto. Ele pode oferecer insights valiosos sobre as consequências dessas situações para a saúde física e psíquica dos indivíduos envolvidos.

b. Por tratar-se de curso específico, buscou-se uma empresa com perfil e habilitação adequados para atender a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Por essa razão, indica-se a contratação da empresa **JRM HELOANI DESENVOLVIMENTO GERENCIAL**, a qual possui notória especialização na área de cursos e treinamentos e conta com instrutor de larga experiência, como o professor pós-doutor **JOSÉ ROBERTO MONTES HELOANI**, conforme proposta anexada aos autos.

c. O Professor **JOSÉ ROBERTO MONTES HELOANI**, é Graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo, e em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Administração, pela Fundação Getúlio Vargas SP. Doutor em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutor em Comunicação, pela USP. e Livre-Docente em Teoria das Organizações, pela UNICAMP. Foi professor na Pós-graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e no Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da FGV/SP. Com Margarida Barreto, coordenou a disciplina "Trabalho, Saúde e Gênero na Pós-Graduação em Medicina Social do Trabalho da Santa Casa de São Paulo. No Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/6), foi conselheiro titular na Comissão de Ética e na Comissão de Direitos Humanos por duas gestões. Atualmente é professor titular e pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Doutorado em Ciências Sociais) e da Faculdade de Educação (Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Também é professor conveniado da Université de Paris, Laboratoire Genre, Travail et Mobilités (GTM). Pesquisa e estudo sobre o tema Assédio Moral, Sexual, Discriminação e Ética no Trabalho. Com Margarida Barreto escreveu vários livros e artigos científicos sobre assédio moral, sexual e discriminação no trabalho. O último deles: Assédio Moral: gestão por humilhação, Editora JURUA. Também com Margarida Barreto fundou o primeiro site sobre Assédio Moral e Sexual no Brasil e a primeira "Red Iberoamericana por la Dignidad en el Trabajo y en las Organizaciones".

d. Considerando os serviços técnicos especializados predominantemente intelectual realizados por meio de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, pela empresa ou por profissionais com notória especialização, capacidade técnica, e experiência da empresa, e que o custo para realização deste curso ficou no valor de R\$ **1.200,00** (um mil e duzentos reais), conforme proposta anexada aos autos, compreendemos que a contratação dessa empresa, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f e § 3º combinado com o artigo 6º inciso XVIII, alínea f da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 é a melhor relação custo/benefício na utilização dos recursos públicos destinados a esse fim.

## 3. OBJETIVOS

### 3.1 Objetivo Geral:

Capacitar os funcionários e gestores do Poder Judiciário a prevenir, identificar e lidar adequadamente com casos de assédio no ambiente de trabalho.

### 3.2 Objetivo Específico:

· Identificar e definir o que é considerado assédio no ambiente de trabalho, incluindo as diversas formas que o assédio pode assumir (por exemplo, assédio sexual, assédio moral, assédio discriminatório).

· Sensibilizar e conscientizar os participantes sobre o impacto negativo do assédio no ambiente de trabalho, incluindo o impacto na saúde física e mental das vítimas, na produtividade e na moral da equipe.

· Fornecer informações sobre as leis, políticas e procedimentos relacionados ao assédio no ambiente de trabalho, incluindo as responsabilidades dos empregadores e dos funcionários na prevenção e no tratamento de casos de assédio.

· Desenvolver habilidades de comunicação e de resolução de conflitos para ajudar os participantes a lidar com situações de assédio, incluindo como reportar casos de assédio e como apoiar as vítimas de assédio.

- Promover um ambiente de trabalho respeitoso e inclusivo, enfatizando a importância da diversidade e da igualdade no local de trabalho.
- Capacitar os gestores e líderes do poder judiciário a implementar políticas e práticas eficazes de prevenção e enfrentamento ao assédio no ambiente de trabalho.
- Fornecer espaço para discussão e troca de experiências sobre casos de assédio, visando à promoção de um ambiente de apoio e de aprendizagem mútua

#### **4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

##### **4.1 Condições gerais**

a) O curso **ASSÉDIOS, DISCRIMINAÇÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA E PSÍQUICA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS, PRINCIPALMENTE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO**, refere-se a uma ação de **capacitação**.

b) Será realizado para uma **turma** com total **sessenta e cinco** vagas.

c) Para a realização do curso, utilizar-se-á a modalidade presencial.

d) O curso acontecerá no dia **13.06.2023**.

e) As inscrições serão realizadas pela Secretaria da Esmat no Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), de acordo com as indicações do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPSI), por meio do Processo SEI nº 23.0.000017253-7.

f) A divulgação do curso e o processo de inscrição serão realizados pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), por meio da publicação de Edital e notícias no site da Esmat, Tribunal de Justiça e redes sociais.

g) A **metodologia**: O curso ocorrerá no dia 13 de junho de 2023, na modalidade presencial, conforme a estrutura e o cronograma disponibilizados nos itens 9 e 15 do projeto pedagógico (5071496).

Os conteúdos serão ministrados da seguinte forma:

Aula presencial com metodologia interativa propiciando um processo dialógico e dialético. O professor utilizará exemplos reais e fictícios serão expostos para melhor apreensão dos conceitos trabalhados. Será ministrada exposição conceitual e prática

##### **4.2. Conteúdo Programático**

1. O mercado de trabalho no século XXI;
2. O atual modelo de desenvolvimento;
3. Reestruturação produtiva;
4. Terceirizações;
5. O infoproletariado ou precariado;
6. Expressões da subjetividade;
7. Introdução, Conceitos de assédio laboral. a. Modelos de gestão b. Organização do trabalho c. Cultura organizacional;
8. Delimitação do fenômeno a. O assédio laboral enquanto risco psicossocial;
9. Consequências do assédio moral do ponto de vista organizacional e subjetivo;
10. Evolução do processo a. relação entre assédio e adoecimento;
11. Aspectos psicológicos e danos – com exemplos a. Estudo de Caso;
12. Reconhecer o assédio moral.
  - a. Estratégias de diagnóstico - Histórias e lembranças
13. Estratégias de acolhimento – cuidado individual – intervenção organizacional
14. Nexos causal e Emissão de CAT 15. Propostas de prevenção (primária secundária terciária)
16. Formas de intervenção frente ao assédio: individual e coletivo
17. Aspectos jurídicos legais: Discussão da legislação – avanços e conquistas
18. O movimento sindical ante o assédio laboral e o combate coletivo
19. Discussão de filme sobre organização do trabalho
20. Conclusões e referências.

##### **4.3. Público Alvo**

Servidores(as) do NAPSI, CESAU, Junta Médica, membros da Comissão (de acordo com Portaria 890/2023); Equipe multidisciplinar do SINSJUSTO, Membros do SINSJUSTO, Membros da ASTJ.

##### **4.4. Carga Horária Total**

Total de 4 horas-aula

A hora-aula equivale a 60min de duração, conforme preceitua a Resolução Enfam nº 4, de 18 de março de 2021.

##### **4.5. Data**

13.06.2023.

#### **5. FREQUÊNCIA, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO e CERTIFICAÇÃO**

5.1 Os(As) alunos(as) deverão participar das atividades programadas conforme descrição nos itens 9 e 15 do Projeto Pedagógico, com publicação oficial em Edital específico;

5.2 Não haverá aferição de nota aos(as) alunos(as);

5.3 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) alunos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

5.4 Os(As) alunos(as) deverão cumprir no mínimo 75% de frequência, para certificação;

5.5 Todos(as) os(as) alunos(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

5.6 Não haverá monitoramento de ensino, considerando que a carga horária do curso é inferior a 30 horas-aula.

5.7 A avaliação de reação ocorrerá ao final do curso com objetivo de avaliar o curso, o professor e a metodologia aplicada.

5.8 Só receberão certificado de conclusão os(as) alunos(as) que obtiverem frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento.

## 6. DO VALOR

O valor para a realização do curso é de R\$ **1.200,00** (um mil e duzentos reais), incluídos o valor dos honorários e os impostos que correspondem ao Contratado.

As despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação e traslado em Palmas do instrutor ficarão por conta da Contratante.

## 7. DO PAGAMENTO

a) A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal de serviços correspondente aos serviços efetivamente prestados.

b) Os pagamentos serão efetuados após o cumprimento dos prazos quanto à entrega dos registros acadêmicos referentes às atividades educacionais e análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado na respectiva nota fiscal de serviços e o atesto do fiscal/gestor do contrato.

c) O atesto do fiscal/gestor do contrato na nota fiscal de serviços é condição indispensável para o pagamento.

d) Na ausência do (a) fiscal/gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo(a) fiscal/gestor(a) substituto.

e) O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal de serviços para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas no contrato e no Projeto Básico, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

f) O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido no contrato:

g) Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/ 2021.

h) Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo ao contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/ 2021.

i) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

j) O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA: Banco do Bradesco, Agência nº 0105, Conta Corrente nº 242006-6, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

k) O pagamento somente será realizado mediante as comprovações das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da CONTRATADA.

l) O CNPJ constante da Nota Fiscal de Serviços deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

m) O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente prestados.

n) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

o) Fica a CONTRATADA ciente que por ocasião do pagamento será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, as quais deverão ser mantidas durante toda a execução contratual.

p) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

q) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal de Serviços ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

r) Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo estabelecido na letra "i" e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

i.  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

ii. EM = Encargos Moratórios;

iii. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

iv. VP = Valor da parcela em atraso;

v. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

vi.  $I = i / 365$   $I = 6 / 100 / 365$   $I = 0,00016438$

vii. Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

s) Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

## 8. DO REAJUSTE:

a) O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no contrato, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

b) O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta, em **16.05.2023**.

c) Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados do contrato reger-se-á da seguinte forma:

d) Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

e) Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

f) Nos procedimentos de reajuste deverá ser observado as disposições da Seção VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

#### **9. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

a) Cabe a revisão, a qualquer tempo, ao contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

b) Para os fins previstos na letra "a", constituem fato imprevisível o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior;

c) Para efeito de revisão, compreende-se também como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

d) A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos da subseção II e III, do Anexo IV da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

e) O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

#### **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

a) Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

b) Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram a contratação;

c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II Lei nº 14.133/2021);

f) Cumprir regularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

g) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

h) Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, qualquer arquivo ou material produzido pelo instrutor para utilização no curso, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA;

i) Manter absoluto sigilo sobre documentos e dados a que tiver acesso, em decorrência da execução do serviço;

j) Apresentar as certidões negativas anteriormente ao ato que autoriza a contratação por Inexigibilidade de Licitação, e, se quaisquer destas expirar sua validade antes da efetiva contratação, estas deverão ser atualizadas, conforme artigo 68, da Lei nº 14.133 /2021.

k) Cumprir o prazo quanto à entrega dos registros acadêmicos referentes às atividades educacionais.

#### **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

c) Proporcionar condições para o fornecimento do objeto do contrato;

d) Assegurar os recursos necessários para custear as despesas do contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

e) Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;

f) Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constante do contrato;

g) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

h) Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitadas pela CONTRATADA;

i) Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

j) Enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o contrato, pelo gestor responsável, conforme art. 58, §1º, da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

k) Oferecer o suporte logístico e disponibilizar os recursos a seguir discriminados para a realização (tipo da ação formativa):

AO NUFAM

Servidora Amanda Emilene Arruda, Por ser a pedagoga do Nufam, ficará responsável por acompanhar a elaboração do Projeto, dando sugestões de melhoria, fazendo intervenções e adequações pedagógicas no decorrer da execução do curso, que porventura surgirem necessárias.

Servidora Kenia Borges, Formalização do convite ao professor, bem assim envio dos RQs necessários para a contratação; Comunicação de boas-vindas e orientações aos(as) alunos(as).

À DEESMAT

Assinatura do projeto pelo desembargador Marco Villas Boas; Publicação do Edital e Portaria no Diário da Justiça, bem como sua certificação no Processo SEI; Logística de Transporte aéreo, hospedagem e alimentação do professor que ministrará as aulas presenciais.

À AAPESMAT Acompanhamento do planejamento, do monitoramento e da avaliação dos programas, projetos e atividades acadêmico-pedagógicas desenvolvidos pela Escola, nos termos do art. 21, inciso V, da Resolução nº 076, de 2014 – Regimento Interno da Esmat.

À STESMAT Preparação da identidade visual e material de divulgação do curso; Registros fotográficos e visuais do curso; Reserva de sala de aula para os dias mencionados no projeto pedagógico; Disponibilidade do link para inscrição, notícia de divulgação ampla da realização do curso e demais procedimentos cabíveis; Computador conectado à internet para projeção dos slides para o professor; Data Show (Projetor de Slide); Som e Microfones; Transistor de Slide; Pincel para quadro branco; Café; Água.

À SAESMAT Cadastro do curso na SAV sem integração ao AVA; Acompanhamento das inscrições nos termos dispostos no Edital, matrícula dos(as) inscritos(as), e demais procedimentos cabíveis; Registro eletrônico das frequências; Certificação dos(as) alunos(as).

AOS ALUNOS E ÀS ALUNAS Deslocamento para o local destinado às aulas.

## 12. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do artigo 140, inciso I, alínea “a” e “b”, da Lei nº 14.133 /2021, compreendendo duas etapas distintas:

**a)** O recebimento provisório dos serviços será efetuado mediante a emissão do “Termo de Recebimento Provisório”, que deverá ser assinado pelo fiscal/gestor do contrato em até cinco dias da data do término da prestação dos serviços;

**b)** O recebimento definitivo será efetuado mediante a emissão do “Termo de Recebimento Definitivo”, assinado pelo fiscal/gestor do contrato em até trinta dias do término da execução dos serviços.

## 13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, a gestão e fiscalização do contrato serão exercidas pela servidora **Andréia Teixeira Marinho Barbosa e**, na sua ausência, pela servidora **Amanda Emilene Arruda** – lotados na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), designado a acompanhar a verificação e análise das especificações dos serviços para que a Contratada cumpra todas as condições estabelecidas.

## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no Projeto Básico, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

Parágrafo Segundo – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para contratação;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta contratação sem motivo justificado.

Parágrafo Terceiro – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Primeiro que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Quarto – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

Parágrafo Quinto – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais,

tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

Parágrafo Sexto - O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

Parágrafo Sétimo - A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - a multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

Parágrafo Oitavo – A não apresentação da documentação prevista no item 9.8, da Cláusula nona do contrato ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – o inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

Parágrafo Nono – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro e sem prejuízo das demais sanções.

Parágrafo Décimo – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Nono a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

Parágrafo Décimo Primeiro – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e a ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

Parágrafo Décimo Segundo – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

Parágrafo Décimo Terceiro – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Primeiro.

Parágrafo Décimo Quarto – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária.

Parágrafo Décimo Quinto – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença ou será cobrada judicial.

## REV 01

Correção do item 6, para o valor de R\$ **1.200,00** (um mil e duzentos reais), deste projeto básico.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilene Aparecida da Silva, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira**, em 25/05/2023, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lily Sany Silva Leite, Diretora Executiva em Substituição**, em 25/05/2023, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz de Oliveira Pretto, Diretora Executiva**, em 31/05/2023, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **5102021** e o código CRC **139609BB**.